



# DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

MANHÃ

## ANALISTA - ÁREA JURÍDICA - PROCESSUAL

PROVA OBJETIVA E DE REDAÇÃO – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 2 – VERDE



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo setenta questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul. Será atribuída nota 0 (zero) à prova de redação escrita a lápis
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva e da prova discursiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas e da folha de textos definitivos em caso de erro
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva e as transcrições para a folha de textos definitivos, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## Língua Portuguesa

1

Observe as seguintes frases, retiradas de um dicionário de citações:

“Para você sua religião e para mim minha religião” (Alcorão)

“Deus não tem religião” (Gandhi)

“Se o mundo fosse bom, o dono morava nele” (anônimo)

Considerando as frases acima, a afirmação adequada sobre esse tipo de texto é:

- (A) as frases mostram predominantemente um tom satírico;
- (B) os autores das frases dão autoridade ao que é dito;
- (C) os emissores das citações são intelectuais conhecidos;
- (D) o conteúdo das frases é sempre de preceitos morais;
- (E) os receptores das citações são indeterminados.

2

Observe o texto a seguir.

Câncer de pulmão e o fumo

No início dos anos 1930, o câncer de pulmão assume um lugar de cada vez maior importância entre as causas de mortes. Estudos aprofundados mostraram de forma irretocável as relações existentes entre esse tipo de câncer e o hábito de fumar:

1. Se é certo que algumas pessoas, ainda que nunca tenham fumado, podem ser atingidas por esse mal, não é menos verdade que, entre os fumantes inveterados, a proporção de doentes é vinte vezes mais elevada que nos outros;

2. O câncer de pulmão é verificado de forma mais frequente entre os habitantes das grandes cidades do que nos que habitam a zona rural. O aumento da taxa de mortes se localiza sobretudo entre os fumantes de cigarros, porque sabemos que eles são mais numerosos nas cidades que no campo;

3. Finalmente, as pesquisas referentes ao câncer de pulmão entre os fumantes levaram ao estudo de outras doenças causadoras de mortes. Foi percebido que, entre estas últimas, duas atingiam particularmente os fumantes de cigarros: a bronquite e a trombose coronariana.

Conclusão: De fato, o homem que fuma vinte cigarros por dia, ou mais, vê sua expectativa de vida diminuir cinco anos. Se ele fuma quarenta cigarros ou mais, a diferença pode atingir oito anos.

Sobre esse texto, é correto afirmar que:

- (A) os três parágrafos numerados (1, 2 e 3) são apresentados partindo do menos importante para o mais importante;
- (B) o início do parágrafo com o nº 2 traz inicialmente um contra-argumento;
- (C) o parágrafo com o nº 3 introduz uma opinião do autor do texto e não proveniente dos estudos citados;
- (D) a conclusão do texto introduz elementos que apelam para a sedução do fumante;
- (E) os argumentos que apoiam a tese do texto são argumentos de autoridade.

3

Observe o texto a seguir.

“A boneca Marilu traz um vestido de baile, traz brincos nas orelhas, calça sapatos de salto alto, que podem ser retirados dos seus delicados pés, e um par de luvas longas. Seu cabelo é uma peruca, que pode ser trocada por outros modelos disponíveis na embalagem.”

A função da descrição nesse texto é:

- (A) informativa, caracterizando o ambiente onde se situa uma ação;
- (B) argumentativa, atribuindo valor ao objeto descrito;
- (C) metafórica, passando a imagem de uma outra realidade;
- (D) explicativa, mostrando o funcionamento de um brinquedo;
- (E) documental, fixando uma fase de brincadeiras infantis.

4

A frase abaixo que mostra uma forma inadequada do termo sublinhado é:

- (A) Trabalho duro nunca matou ninguém, mas por que arriscar?;
- (B) Se disserem que o crime não compensa, você tem que lembrar que é porque, quando compensa, não é crime;
- (C) É de justiça, e não de caridade, que o mundo precisa, mas por quê?;
- (D) Tem gente que se acha honesta só porque não sabia da mamata;
- (E) Não sei porque dizem que a justiça é cega.

5

A frase abaixo que exemplifica o raciocínio indutivo é:

- (A) Marcos sobe na mesa, Filipe não trouxe seu material de aula, Márcia discute com as amigas: é a baderna na escola atual;
- (B) Os alunos desta sala devem fazer os deveres e como você é aluno, deve fazer também;
- (C) Os meninos da minha idade ficam na rua até as 22h, eu também quero ficar na rua até essa hora;
- (D) Os adjetivos concordam em gênero e número com os substantivos e, assim, o termo correto é “meninos atenciosos”;
- (E) O roubo é punido com prisão e por isso ele foi preso.

6

A frase que mostra um problema de construção por haver trocado o emprego entre dois parônimos, é:

- (A) Houve uma enorme afluência de público no dia da inauguração (afluência / influência);
- (B) O fogo consumiu todos os produtos do galpão (consumiu / consumou);
- (C) O reitor da universidade é considerado uma pessoa eminente (eminente / iminente);
- (D) O médico, pela infecção, lhe havia prescrito antibióticos (prescrito / proscrito);
- (E) Havia dormido mal e estava com humor pouco social (social / sociável).

**7**

O item abaixo que mostra um raciocínio inadequado é:

- (A) Os mamíferos são animais / A baleia é um mamífero / A baleia é um animal;
- (B) Se Heitor perder o ônibus, ele vai chegar atrasado / Heitor chegou atrasado / Heitor perdeu o ônibus;
- (C) A tevê fica acesa ou apagada / A tevê não está apagada / A tevê está acesa;
- (D) Todos os computadores têm teclas / Isso que aí está é um computador / Isso que aí está tem teclas;
- (E) Toda instituição humana é imperfeita / As formas de governo são instituições humanas / As formas de governo são imperfeitas.

**8**

Observe o texto a seguir.

“Academia Brasileira de Letras (ABL) - É uma instituição literária brasileira fundada na cidade do Rio de Janeiro em 20 de julho de 1897 pelos escritores Machado de Assis, Lúcio de Mendonça, Inglês de Sousa, Olavo Bilac, Afonso Celso, Graça Aranha, Medeiros e Albuquerque, Joaquim Nabuco, Teixeira de Melo, Visconde de Taunay e Ruy Barbosa. É composta por quarenta membros efetivos e perpétuos (por isso alcunhados imortais) e por vinte sócios estrangeiros.

Tem por objetivo o cultivo da língua portuguesa e da literatura brasileira. É-lhe reconhecido o mérito por esforços históricos em prol da unificação do idioma, do português brasileiro e do português europeu.

A instituição é responsável pela edição de obras de grande valor histórico e literário, e atribui diversos prêmios literários. A ABL remonta ao final do século XIX, quando escritores e intelectuais brasileiros desejaram criar uma academia nacional nos moldes da Academia Francesa.”

Com base no texto informativo acima, retirado da Wikipédia, a marca característica desse tipo de texto, que é destacada corretamente, é o(a):

- (A) presença de apostos, que esclarecem termos anteriores: “por isso alcunhados imortais”;
- (B) uso de conectores lógicos com valor explicativo: “esforços históricos em prol da unificação do idioma, do português brasileiro e do português europeu”;
- (C) emprego de comparações explicativas: “escritores e intelectuais brasileiros desejaram criar uma academia nacional nos moldes da Academia Francesa”;
- (D) repetição de informações: “A ABL remonta ao final do século XIX”;
- (E) presença de termos relacionados por causa e consequência: “A instituição é responsável pela edição de obras de grande valor histórico e literário, e atribui diversos prêmios literários”.

**9**

Observe o texto a seguir.

“Não se surpreenda se o verão deste ano for muito rigoroso. A última vez em que o verão foi muito quente ocorreu há doze anos e a vez anterior também ocorreu doze anos antes. Prepare-se, portanto, para o calor!”

A opção que indica um meio eficiente de apoiar a argumentação acima é:

- (A) um gráfico mostrando as temperaturas médias do verão nos últimos onze anos;
- (B) um gráfico que compare as temperaturas deste verão com as dos últimos 36 meses;
- (C) um gráfico com as temperaturas médias dos verões dos últimos 36 anos;
- (D) as previsões meteorológicas trazidas pelos noticiários especializados;
- (E) uma discussão sobre os elementos causadores dos verões mais rigorosos.

**10**

Observe a seguinte frase argumentativa: “Você não é um ser humano em busca de uma experiência espiritual. Você é um ser espiritual imerso em uma experiência humana”. (Teilhard de Chardin)

Sobre a estruturação desse pensamento, é correto afirmar que ele:

- (A) mostra duas teses em sequência, sem a apresentação de qualquer argumento;
- (B) apresenta uma tese oposta, seguida de uma tese própria, sem a inclusão de argumentos;
- (C) traz uma tese antecedida de um argumento, apoiado na autoridade de seu autor, um famoso filósofo;
- (D) parte de uma negação para uma afirmação, empregando termos antônimos nessa oposição;
- (E) constrói o texto com uma premissa inicial, seguida de uma conclusão

**11**

O pensamento cuja estruturação é diferente das demais por não apresentar uma oposição entre as orações é:

- (A) Na paz os filhos enterram seus pais, na guerra os pais enterram seus filhos;
- (B) Ou a guerra é obsoleta ou os homens o são;
- (C) A vitória tem mil pais, mas a derrota é órfã;
- (D) O revolucionário bem-sucedido é um estadista, o malsucedido é um criminoso;
- (E) Os cidadãos têm medo do futuro. Os políticos têm medo do passado.

**12**

Todas as opções abaixo mostram frases interrogativas; aquela que mostra valor exclamativo é:

- (A) É progresso se um canibal usa garfo e faca?
- (B) Quem diria que o Flamengo ia perder o jogo?
- (C) Se essa é a idade da informação, por que ninguém sabe nada?
- (D) Por que me dão um corpo se tenho que mantê-lo fechado em uma maleta como um violino muito raro?
- (E) Pergunte sempre a cada ideia: a quem serves?

**13**

Observe o texto a seguir.

“Nos Estados Unidos, aumentar o limite de velocidade de 80 km para 100 km nas rodovias interestaduais é muito perigoso e eleva o número de acidentes fatais. Cada vez em que foi aumentado esse limite nas rodovias, o número de mortes também cresceu. O Estado do Maine, por exemplo, aumentou o limite de velocidade para 100 km em novembro último, e em dezembro ocorreram mais acidentes que em todos os demais meses desse mesmo ano. O número de mortos em dezembro e em janeiro seguinte foi 18% maior do que no mês de novembro.”

Entre as críticas abaixo sobre a argumentação apresentada nesse pequeno texto, a única impertinente é:

- (A) não foi explicado o porquê de a limitação de velocidade anterior ser de 80 km;
- (B) não foi explicitado se o número de acidentes no Maine se refere às rodovias interestaduais ou a todas as rodovias;
- (C) há festas importantes no Maine que atraem muitos turistas nessa época, que não foram consideradas;
- (D) são apresentadas unicamente as estatísticas de um estado;
- (E) atribui-se unicamente à velocidade o aumento do número de mortes, esquecendo-se de outros motivos.

**14**

Leia com atenção o texto a seguir.

Antes de mais nada, defendendo a natureza, o homem defende o homem: satisfaz, assim, o instinto de conservação da espécie. As numerosas agressões pelas quais se sente culpado em relação ao meio natural (em relação ao meio ambiente, como se tem o costume de dizer) não passam sem consequências funestas para a saúde e para a integridade de seu patrimônio hereditário. Lembremos que, por causa da poluição radioativa em função das explosões de bombas nucleares, todos os habitantes do planeta, sobretudo os jovens, trazem em seus esqueletos átomos de metal radioativo; por causa do uso abusivo de inseticidas, o leite de todas as mães contém certa dose do pernicioso DDT! Proteger a natureza é, portanto, em primeiro lugar realizar uma tarefa de higiene planetária.

A respeito da estruturação e do significado desse texto, é correto afirmar que:

- (A) o termo “antes de mais nada” mostra que o autor do texto vai apresentar inicialmente um argumento de menor importância;
- (B) o advérbio “assim”, na linha 2, indica uma conclusão do que é dito anteriormente;
- (C) os exemplos citados servem de argumentos para comprovar a tese do autor do texto;
- (D) o termo “por causa de” é seguido por uma consequência de um fato antes de sua causa;
- (E) o termo “portanto”, na penúltima linha, introduz uma explicação de uma informação anterior.

**15**

Observe o texto a seguir.

“Joaquim Carneiro nasceu em 1910, em Vila Nova, Portugal, uma pequena cidade onde seu pai possuía uma carpintaria de pequena importância, a qual pretendia deixar como herança ao filho único; mas as disposições que ele manifestou prematuramente para os estudos modificaram as expectativas paternas.”

Sobre esse segmento, é correto afirmar que se trata de um texto:

- (A) narrativo, com narrador onisciente;
- (B) narrativo cujo narrador é personagem do relato;
- (C) descritivo cujo objeto é um personagem;
- (D) descritivo inserido numa narrativa;
- (E) argumentativo cuja tese é o valor dos estudos.

**16**

Observe o texto a seguir.

“Durante anos, nos Estados Unidos, houve alertas contra os perigos da obesidade. Para satisfazer as necessidades daqueles que cuidam da linha de maneira draconiana, os fabricantes de alimentos lotaram as prateleiras dos supermercados de produtos com baixa ou nenhuma gordura. Entretanto, nos dias atuais, alguns estudos apontam exatamente esses alimentos como causa da obesidade americana. Como esses alimentos não trazem saciedade aos consumidores, isso os leva a comer mais. Daí que as pessoas sejam levadas a consumir um pacote inteiro de batatas fritas com baixa ou nenhuma gordura enquanto teria comido somente metade de um pacote de fritas clássicas.”

A conclusão mais coerente para esse parágrafo é:

- (A) evitar os produtos com 0% de gordura, mas privilegiar os naturais;
- (B) as batatas fritas, com gordura ou não, são prejudiciais para a saúde;
- (C) a chave para manter a linha é evitar comer de maneira compulsiva;
- (D) comeremos menos se a comida não for com baixa ou nenhuma gordura;
- (E) a comida industrializada deveria ser retirada dos supermercados.

**17**

Um adesivo de carro mostrava a frase a seguir.

“Eu acredito na vida antes da morte.”

A afirmação adequada à estruturação e ao significado dessa frase é:

- (A) trata-se de uma frase argumentativa, com uma tese e argumentos que a defendem;
- (B) mostra uma posição ideológica favorável à crença tradicional de que há vida após a morte;
- (C) apresenta um caráter humorístico, valorizando a riqueza material;
- (D) indica uma visão realista da vida humana, desprezando valores espirituais;
- (E) faz uma referência implícita aos numerosos acidentes de trânsito.

18

Quatro das opções abaixo mostram um termo sublinhado, pronome ou advérbio; a frase em que ocorre valor interrogativo (interrogação indireta) desse termo, é:

- (A) Procura-se telepata. Você sabe como se inscrever;
- (B) Oração é quando você fala com Deus, meditação é quando você escuta Deus;
- (C) Homens não rejeitam a Bíblia porque ela contradiz a si mesma, mas porque ela os contradiz;
- (D) Uma escola dominical é uma prisão onde as crianças pagam penitência pela consciência pecadora de seus pais;
- (E) Os pecadores estão tão distantes de Deus que não sabem nem mesmo que pedidos lhe fazer.

19

Os artigos definidos indicam uma realidade conhecida; a frase abaixo em que o artigo sublinhado acompanha uma realidade que é do conhecimento do leitor ou ouvinte, não por seu conhecimento de mundo, mas por ter sido mencionado antes, é:

- (A) Alguns indígenas aproximaram-se da canoa, mas a um pedido do comandante, os índios se afastaram;
- (B) O carro entrou no estacionamento do prédio com os faróis acesos;
- (C) O dicionário tinha as páginas amareladas por ser antigo;
- (D) Quando os piratas esconderam o imenso tesouro na ilha, não esperavam que a riqueza fosse atrair a atenção de outros navegantes;
- (E) Um baralho é um objeto interessante e as figuras nele inseridas mostram valor histórico.

20

Em todas as opções abaixo há uma frase composta de duas orações; a opção em que a relação entre elas é de justaposição, ou seja, não mostra relação de coordenação ou subordinação, é:

- (A) Político profissional jamais tem medo do escuro. Tem medo é da claridade;
- (B) Um estadista é um político que se coloca a serviço da nação. Um político é um estadista que coloca a nação a seu serviço;
- (C) Democracia é como nadar. Aprende-se praticando;
- (D) Políticos são interessados em pessoas. Moscas são interessadas em cachorros;
- (E) A democracia é bonita na teoria. Na prática, é uma falácia.

## Raciocínio Lógico-Matemático

21

Um comerciante aumentou o valor de uma mercadoria em 10%. Na semana seguinte, deu um desconto de 5% e anunciou a mercadoria a R\$ 209,00.

Em relação ao valor inicial, o valor anunciado é:

- (A) R\$ 9,00 maior;
- (B) R\$ 10,45 maior;
- (C) R\$ 12,50 menor;
- (D) R\$ 20,00 menor;
- (E) R\$ 20,90 maior.

22

João tem um pedaço grande de barbante. Ele faz uma série de cortes no barbante, cada vez retirando um pedaço de 4 cm do meio de algum pedaço. No final, ele tem 12 pedaços de barbante (sem contar os pedaços que foram retirados), cujo comprimento total é de 78 cm.

O comprimento, em centímetros, do pedaço de barbante com o qual ele começou é:

- (A) 120;
- (B) 121;
- (C) 122;
- (D) 123;
- (E) 124.

23

Dois números inteiros maiores do que zero são tais que sua soma é igual a 35. Além disso, um deles é  $k$  unidades ( $k$  inteiro maior do que zero) maior do que o triplo do outro.

O número de valores possíveis para  $k$  é:

- (A) 5;
- (B) 6;
- (C) 7;
- (D) 8;
- (E) 9.

24

Considere os pontos do plano cartesiano:

A(0, 4), B(2, 3), C(2, 1), D(3, 4) e E(-1, 2).

Desses pontos, os dois mais próximos são:

- (A) A e D;
- (B) A e E;
- (C) B e C;
- (D) B e D;
- (E) C e E.

25

O número  $n$  é natural. Sabe-se que a metade de  $n$  somada com a terça parte do antecessor de  $n$  dá 23.

A soma dos algarismos de  $n$  é:

- (A) 6;
- (B) 7;
- (C) 8;
- (D) 9;
- (E) 10.

26

Sobre as condições de trabalho em uma empresa, o diretor afirmou:

“Se o ambiente é calmo, então o resultado não demora.”

Considere as três novas afirmações:

- I. Se o resultado não demora, então o ambiente é calmo.
- II. Se o ambiente não é calmo, então o resultado demora.
- III. Se o resultado demora, então o ambiente não é calmo.

Dessas três novas afirmações, são equivalentes à afirmação do diretor:

- (A) somente I;
- (B) somente II;
- (C) somente III;
- (D) somente II e III;
- (E) I, II e III.

27

Em uma fazenda há criação de galinhas e patas (fêmea do pato). Por motivo desconhecido, 10% das galinhas pensam que são patas e 20% das patas pensam que são galinhas. Todos os outros animais são normais, ou seja, sabem perfeitamente o que são. Certo dia os animais foram examinados por um veterinário-psicólogo, que constatou que, de todos os animais, 40% pensavam que eram galinhas.

Em relação ao total de animais, a fração que representa o número de galinhas é:

- (A)  $\frac{2}{3}$ ;  
 (B)  $\frac{1}{4}$ ;  
 (C)  $\frac{2}{5}$ ;  
 (D)  $\frac{1}{6}$ ;  
 (E)  $\frac{2}{7}$ .

28

Johnny caminha 800 metros todo dia para ir de casa à escola. São 10 quarteirões (todos de mesmo comprimento) nesse percurso e Johnny percorre um quarteirão por minuto. Ontem, após percorrer 6 quarteirões, Johnny descobriu que teria que fazer um desvio e caminhar 3 quarteirões, de mesmo comprimento, em vez de um quarteirão para chegar na esquina seguinte.

Mesmo assim, Johnny caminhou mais rápido a partir daquele ponto e chegou na escola exatamente no mesmo horário habitual.

A velocidade média com que Johnny caminhou a partir do desvio, em quilômetros por hora, foi de:

- (A) 4,2;  
 (B) 5,4;  
 (C) 6,6;  
 (D) 7,2;  
 (E) 8,4.

29

O quadro abaixo mostra a sequência dos números naturais a partir de  $n = 1$  e, em seguida, duas sequências aritméticas: A e B.

| $n$ | 1  | 2  | 3  | 4  | ...etc. |
|-----|----|----|----|----|---------|
| A   | 51 | 54 | 57 | 60 | ...etc. |
| B   | 2  | 7  | 12 | 17 | ...etc. |

O valor de  $n$ , para o qual, pela primeira vez, um elemento da sequência B é maior que o elemento correspondente da sequência A é:

- (A) 24;  
 (B) 25;  
 (C) 26;  
 (D) 27;  
 (E) 28.

30

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, foi lançado 3 vezes consecutivas. Sabe-se que a soma dos 3 números sorteados foi 8.

A probabilidade de o número 3 ter sido sorteado pelo menos uma vez é:

- (A)  $\frac{10}{21}$ ;  
 (B)  $\frac{8}{21}$ ;  
 (C)  $\frac{5}{18}$ ;  
 (D)  $\frac{3}{7}$ ;  
 (E)  $\frac{2}{3}$ .

31

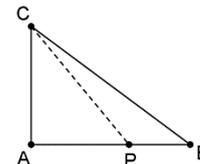
Em uma urna há cinco bolas com o número 1, sete bolas com o número 2 e quatro bolas com o número 3.

O número mínimo de bolas que se deve retirar dessa urna, sem lhes ver os números, para ter certeza de haver retirado pelo menos duas bolas com o número 2 e pelo menos três bolas com o número 3 é:

- (A) 16;  
 (B) 15;  
 (C) 14;  
 (D) 12;  
 (E) 11.

32

O triângulo ABC da figura abaixo é retângulo em A e são dadas as medidas  $AB = 8$  m e  $AC = 6$  m.



O ponto P do lado AB é tal que, para ir de P até C pelo contorno do triângulo, o percurso  $PA + AC$  tem o mesmo comprimento que o percurso  $PB + BC$ .

Use o necessário:

- $\sqrt{2} = 1,41$
- $\sqrt{3} = 1,73$
- $\sqrt{5} = 2,24$

A distância de P até C é, aproximadamente:

- (A) 7,5 m;  
 (B) 7,8 m;  
 (C) 8,1 m;  
 (D) 8,5 m;  
 (E) 9,0 m.

## Legislação

33

João foi preso em flagrante em razão da prática de crime contra o patrimônio. Nesse caso, à luz da sistemática estabelecida na Lei Complementar federal nº 80/1994, é correto afirmar que o delegado de polícia:

- (A) deve comunicar à Defensoria Pública, em até 48 horas, a prisão de João, caso este último o solicite;
- (B) deve comunicar imediatamente à Defensoria Pública a prisão de João, caso este último não constitua advogado;
- (C) deve comunicar à Defensoria Pública, em até 48 horas, a prisão de João, quer constitua advogado, quer não;
- (D) pode comunicar à Defensoria Pública a prisão de João, ainda que este último não formule requerimento nesse sentido, caso constate a sua hipossuficiência;
- (E) deve comunicar à Defensoria Pública a prisão de João, imediatamente após a conclusão do inquérito policial, caso o preso tenha se considerado hipossuficiente ao ser ouvido.

34

Pedro almejava concorrer no processo eletivo destinado a preencher as vagas, sujeitas a esse critério de escolha, no Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Para que possa concorrer a uma das vagas, Pedro deve atender, entre outros requisitos, à exigência de que:

- (A) seja membro ativo e estável da Defensoria Pública;
- (B) tenha formação jurídica, podendo integrar, ou não, a Defensoria Pública;
- (C) seja membro ativo da Defensoria Pública e tenha mais de dez anos de carreira;
- (D) seja membro ativo ou inativo da Defensoria Pública, e não tenha se afastado da carreira nos últimos cinco anos;
- (E) seja membro ativo ou inativo da Defensoria Pública, e não tenha sofrido sanção disciplinar nos últimos doze meses.

35

Uma pessoa hipossuficiente compareceu perante o defensor público com atribuição e informou que almejava realizar um acordo com certa pessoa jurídica, no qual haveria concessões mútuas, de modo a prevenir possível litígio. Para essa pessoa, se o instrumento fosse referendado pelo defensor público, ele valeria como título executivo extrajudicial.

Após analisar os argumentos apresentados, o defensor público informou, corretamente, que o referendo almejado:

- (A) só é possível quando não envolver pessoa jurídica de direito público;
- (B) é possível, mas dará origem a um título executivo judicial, não extrajudicial;
- (C) é possível quando envolver pessoa jurídica de direito público ou de direito privado;
- (D) não é possível, considerando que a Defensoria Pública não atua no plano extrajudicial;
- (E) é possível, desde que a manifestação do defensor público seja homologada pelo Poder Judiciário.

36

Júlia, servidora recém-empossada em cargo de provimento efetivo da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, buscou se inteirar sobre o desenvolvimento da carreira que integrava. Ao final de suas reflexões, constatou que poderia: (1) transitar entre os padrões existentes em cada uma das classes; e (2) passar do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe subsequente.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Lei estadual nº 13.821/2011, é correto afirmar que a situação descrita em (1):

- (A) caracteriza a promoção, o mesmo ocorrendo com a descrita em (2), estando ambas condicionadas ao aproveitamento em curso de aperfeiçoamento;
- (B) caracteriza a promoção, e a descrita em (2), a progressão, estando ambas condicionadas ao resultado de avaliação formal de desempenho, caso seja utilizado o critério de merecimento;
- (C) caracteriza a progressão, e a descrita em (2), a promoção, estando ambas condicionadas ao resultado de avaliação formal de desempenho, caso seja utilizado o critério de merecimento;
- (D) caracteriza a promoção, e a descrita em (2), a progressão, estando ambas condicionadas ao resultado de avaliação formal de desempenho, quer seja utilizado o critério de merecimento, quer o de antiguidade;
- (E) caracteriza a progressão, e a descrita em (2), a promoção, estando ambas condicionadas ao resultado de avaliação formal de desempenho, quer seja utilizado o critério de merecimento, quer o de antiguidade.

37

Ana encaminhou uma manifestação à Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse expediente, além de elogiar projetos da Defensoria Pública, apresentava críticas em relação aos serviços prestados por essa estrutura estatal.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que a Ouvidoria-Geral, nos termos da Lei estadual nº 13.536/2010, tem atribuição para:

- (A) receber a manifestação de Ana e dar ciência do seu teor aos órgãos interessados, sendo-lhe vedado formar juízo de valor a respeito do seu teor;
- (B) receber a manifestação de Ana e encaminhá-la ao Conselho Superior da Defensoria Pública, que formará o juízo de valor que lhe pareça adequado e o comunicará a Ana;
- (C) receber a manifestação de Ana, propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública medidas de aperfeiçoamento dos serviços prestados e informar o resultado a Ana;
- (D) direcionar Ana ao protocolo de atendimento do defensor público-geral, cabendo a esse agente submeter as críticas, caso entenda conveniente, ao Conselho Superior da Defensoria Pública;
- (E) receber a manifestação de Ana e criar grupo de trabalho do qual participarão os demais órgãos de administração superior da Defensoria Pública, daí resultando uma proposta para a solução dos problemas detectados por Ana.

**38**

João e Maria, defensores públicos no Estado do Rio Grande do Sul, concorreram à promoção para determinado órgão, na qual seria utilizado o critério de antiguidade.

Como ambos contavam com a mesma antiguidade na classe em que se encontravam, é correto afirmar, à luz da sistemática prevista na Lei Complementar estadual nº 11.795/2002, que:

- (A) deve ser realizado um sorteio, que definirá quem será promovido;
- (B) Maria deve ser promovida, considerando a política de gênero adotada pela Defensoria Pública;
- (C) será promovido, conforme o primeiro critério de desempate a ser utilizado, aquele que contar com maior tempo de serviço na carreira de defensor público;
- (D) será promovido, conforme o primeiro critério de desempate a ser utilizado, aquele que contar com maior tempo de serviço público no Estado do Rio Grande do Sul;
- (E) será promovido, conforme o primeiro critério de desempate a ser utilizado, aquele que tiver melhor classificação no concurso público para ingresso na carreira.

**39**

Em determinada relação processual de natureza cível, o defensor público que atuava em prol do seu assistido exarou pronunciamento que, ao ver deste último, não era o mais adequado. Embora não tivesse formação jurídica, o assistido chegou a essa conclusão após realizar buscas na internet, o que o levou a concluir que a estratégia deveria ser outra. Por tal razão, solicitou ao juiz de direito que determinasse ao defensor público a alteração da estratégia adotada nos autos.

O juiz de direito, corretamente:

- (A) atendeu ao pedido do assistido, considerando o princípio constitucional da ampla defesa;
- (B) informou ao assistido que ele deveria direcionar o requerimento ao defensor público-geral, única autoridade que poderia acolhê-lo;
- (C) informou ao assistido que ele deveria direcionar o requerimento ao Conselho Superior da Defensoria Pública, único órgão que poderia acolhê-lo;
- (D) informou que o requerimento não poderia ser acolhido, considerando a liberdade do defensor público para analisar os fatos e realizar o devido enquadramento na ordem jurídica;
- (E) esclareceu que o acolhimento do pedido do assistido, pelo Poder Judiciário, somente poderia ocorrer após o defensor público manter a estratégia, embora tenha sido instado a alterá-la.

**40**

Após regular processo administrativo disciplinar, Ivo, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito de uma estrutura de poder do Estado do Rio Grande do Sul, foi demitido. Poucos anos depois, o Poder Judiciário julgou procedente o pedido de anulação da decisão administrativa de demissão.

À luz dessa narrativa e considerando que o cargo ocupado por Ivo, por ocasião de sua demissão, se encontra provido, é correto afirmar que ele deve ser:

- (A) revertido;
- (B) reintegrado;
- (C) readaptado;
- (D) reconduzido;
- (E) posto em disponibilidade.

## Conhecimentos Específicos

**41**

Com o objetivo de proteger o consumidor, a Lei estadual nº XX, do Estado Alfa, disciplinou alguns aspectos afetos à exploração das rádios comunitárias em funcionamento no território estadual, mais especificamente das rádios que atuavam na radiodifusão sonora, em frequência modulada, baixa potência e cobertura de curto alcance. De acordo com a referida lei estadual, deveriam ser realizadas breves incursões, duas vezes ao dia, indicando que a propaganda comercial deveria estar ajustada aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, sob pena de responsabilização daqueles que a idealizaram de maneira injurídica.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei estadual nº XX é:

- (A) inconstitucional, considerando que compete privativamente à União legislar sobre a matéria;
- (B) inconstitucional, considerando que compete a cada Município editar as normas de interesse local;
- (C) constitucional, desde que o Estado Alfa tenha observado as normas gerais editadas pela União;
- (D) constitucional, considerando que o Estado Alfa possui competência para legislar sobre a matéria;
- (E) constitucional, considerando que todos os entes federativos têm competência comum para legislar sobre a matéria.

**42**

Em determinado feito, patrocinado pela Defensoria Pública, no qual se discutia matéria constitucional, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido formulado. Na ocasião, o juiz de direito argumentou que compete ao intérprete identificar o sentido imanente ao texto constitucional, não se arvorar em Constituinte. Ao insurgir-se contra essa assertiva em sede de recurso de apelação, sustentou o defensor público inexistir uma sobreposição entre texto e norma. Afinal, isto é perceptível ao se constatar que o intérprete, a partir do texto constitucional, deve decidir uma série de incidentes argumentativos, condensados na concepção de conflitualidades intrínsecas da norma constitucional, de modo que, entre os significados possíveis, será atribuído um deles à norma constitucional, com sensibilidade à realidade.

Considerando a forma como a interpretação constitucional tem sido realizada na realidade brasileira, é correto afirmar que a concepção do:

- (A) juiz de direito somente se afeiçoa ao formalismo clássico, que tem sido hegemônico no âmbito do Supremo Tribunal Federal, sendo refratário ao pensamento por problemas;
- (B) juiz de direito espelha a separação dos poderes, estando em perfeita harmonia com a forma como tem sido compreendido na Constituição da República de 1988;
- (C) defensor público se ajusta ao método concretizador, encampando a dicotomia entre programa da norma e âmbito da norma;
- (D) defensor público se ajusta à absoluta separação entre os momentos de criação e de aplicação da norma constitucional;
- (E) defensor público se ajusta à tópica pura e à forma como se desenvolve a denominada “mutação constitucional”.

**43**

O Estado Alfa celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Beta, tendo por objeto o fornecimento de determinados bens de consumo. Alguns meses após a sua celebração, um veículo de comunicação social divulgou reportagem na qual demonstrava que, na maior parte dos bens contratados, ocorrera sobrepreço.

Considerando que o Tribunal de Contas do Estado, após uma inspeção, constatou que o sobrepreço efetivamente ocorrerá, é correto afirmar que o referido Tribunal:

- (A) pode determinar a imediata sustação do contrato administrativo;
- (B) não pode determinar a sustação do contrato administrativo, *munus* que recai exclusivamente sobre o Poder Legislativo, que pode valorar livremente a situação fática;
- (C) não pode determinar a sustação do contrato administrativo, *munus* que recai exclusivamente sobre o Poder Executivo, que poderá ser responsabilizado por eventual omissão;
- (D) somente pode determinar a sustação do contrato administrativo se, ultrapassado o prazo constitucional, os órgãos competentes não adotarem as medidas cabíveis;
- (E) não pode determinar a sustação do contrato administrativo, possibilidade que somente está ao alcance do Poder Judiciário, caso seja provocado pelo legítimo interessado.

**44**

Clara e Myrtes são muito amigas desde a infância e, como tinham planejado desde criança, acabaram de descobrir que ambas estão grávidas, no mesmo período de gestação, mas estão preocupadas com a sua situação funcional junto ao Estado do Rio Grande do Sul. Clara ocupa cargo estadual exclusivamente em comissão, de livre nomeação e exoneração. Já Myrtes é servidora concursada em cargo efetivo, que alcançou a estabilidade, mas está receosa de perder a função de confiança gratificada na qual está em exercício, na medida em que esta também é de livre nomeação e exoneração.

Diante dessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar estadual nº 10.098/1994, é correto afirmar que:

- (A) tanto Clara quanto Myrtes gozam de estabilidade provisória em decorrência da gestação, com relação ao cargo em comissão e à função gratificada, que ocupam respectivamente, desde a confirmação da gravidez até cinco meses depois do parto, bem como ao prazo de cento e oitenta dias de licença-maternidade a serem pagos pelo Estado por todo o período;
- (B) Clara poderá ser exonerada do cargo em comissão a qualquer tempo, enquanto Myrtes tem estabilidade no cargo efetivo, mas não na função gratificada, que poderá perder em razão da gravidez, sendo que, em ambos os casos, não há previsão de indenização, por se tratar de situações de livre exoneração;
- (C) Myrtes tem estabilidade no cargo efetivo, mas não em relação à função gratificada, que poderá perder em razão da gravidez, enquanto Clara goza de estabilidade provisória e terá direito à indenização, caso venha a ser exonerada no período da confirmação da gravidez até cento e oitenta dias após o parto;
- (D) tanto Clara quanto Myrtes podem ser exoneradas, respectivamente, do cargo em comissão e do cargo efetivo juntamente com a função gratificada em questão, na medida em que não há previsão de estabilidade provisória para nenhum dos casos, considerando que as servidoras só podem ser remuneradas pelo efetivo exercício, sob pena de enriquecimento sem causa;
- (E) é assegurada a estabilidade provisória em razão da gestação tanto para Clara no cargo em comissão que ocupa quanto para Myrtes com relação ao exercício da função gratificada, no período entre a confirmação da gravidez até cento e oitenta dias após o parto, independentemente de serem situações de livre nomeação e exoneração.

**45**

O Estado Alfa fez editar uma lei complementar com vistas a consagrar garantias constitucionais e outros aspectos pertinentes e importantes para o funcionamento da Defensoria Pública Estadual.

Considerando o tratamento atualmente conferido à Defensoria Pública Estadual pela Constituição da República de 1988, à luz do entendimento do Supremo Tribunal Federal, é inconstitucional a norma elaborada pelo Estado Alfa que estabeleça o(a):

- (A) garantia da inamovibilidade para os defensores públicos estaduais;
- (B) iniciativa da Defensoria Pública Estadual para a sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;
- (C) exigência de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil para que os defensores públicos estaduais tenham capacidade postulatória;
- (D) direito do defensor, no interesse do representado, de ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa;
- (E) prerrogativa da Defensoria Pública de requisitar documentos, informações e demais providências necessárias ao desempenho de sua função institucional, ressalvados os elementos de informação que dependam de autorização judicial.

**46**

O Estado Beta visa a alienar determinados bens imóveis, que estão desafetados, para o que conta com a respectiva autorização legislativa, avaliação prévia, além da devida e pormenorizada justificação do interesse público subjacente, preenchendo os requisitos exigíveis para a contratação pretendida, em situação que não se enquadra dentre as hipóteses de licitação dispensada nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Para tanto, pretende elaborar edital de licitação na modalidade leilão e optar pela sua realização por intermédio de leiloeiro oficial, mediante credenciamento, procedimento este que já foi formalizado pelo aludido ente federativo.

Diante dessa situação hipotética, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que o Estado Beta:

- (A) apenas poderá utilizar a modalidade leilão para a alienação de bens imóveis caso a aquisição desses bens tenha derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento;
- (B) não poderá se utilizar de credenciamento para a seleção do leiloeiro oficial, sendo obrigatória a realização de licitação na modalidade pregão;
- (C) poderá utilizar o credenciamento para tal finalidade, com vistas a instrumentalizar futura licitação na modalidade pregão;
- (D) poderá realizar a contratação direta de leiloeiro oficial credenciado, por inexigibilidade de licitação;
- (E) não poderá utilizar o leilão almejado, na medida em que a alienação de bens imóveis pretendida se sujeita às modalidades concorrência ou pregão.

**47**

À luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar, sobre a consignação de parcelas de empréstimo bancário, que:

- (A) é abusiva a modalidade de crédito consignado vinculada à emissão de cartão de crédito (ou cartão de crédito consignado), por constituir venda casada;
- (B) a retenção de parcelas de mútuo em conta-corrente não se sujeita aos limites legais de margem consignável em contracheque, sem prejuízo de que, pelas vias próprias, possa-se reconhecer e tratar eventual superendividamento;
- (C) força da teoria do patrimônio mínimo e da dignidade da pessoa humana, devem prevalecer os percentuais mais benéficos de consignação em folha de pagamento, mesmo quando legislação específica previr maior valor;
- (D) a limitação etária à contratação de empréstimo consignado (por exemplo, casos em que o banco não permite que, ao fim programado das parcelas, o mutuário já conte mais de 80 anos) é abusiva, na medida em que põe em desvantagem exagerada o idoso;
- (E) os limites de consignação em folha de pagamento devem observar o valor dos rendimentos brutos do mutuário, antes dos demais descontos obrigatórios (imposto de renda, previdência, eventual pensão alimentícia etc.).

**48**

A empresa X Ltda. mantinha contrato de locação comercial com Ulisses. Ocorre que, dois meses antes do primeiro reajuste do aluguel, a rua onde se situa o imóvel locado é interditada para obra pública, o que leva a uma considerável perda do movimento.

A sociedade empresária procura, insistentemente, Ulisses para pedir a dilação do reajuste para depois da obra ou, quando menos, para que os valores acrescidos sejam parcelados e pagos após a retomada do movimento normal.

Como Ulisses nem sequer respondia às tentativas de contato, a empresa X Ltda. ingressa com demanda judicial, julgada procedente, ao final, sob o fundamento de que o locador, por sua postura, violara a boa-fé objetiva. Condena-o, pois, a suspender o reajuste enquanto durar a obra e em danos morais.

O caso retrata a aplicação do seguinte instituto jurídico:

- (A) dever de renegociar;
- (B) teoria da imprevisão;
- (C) teoria do desvio produtivo;
- (D) dever de mitigar os próprios prejuízos;
- (E) responsabilidade civil pela confiança.

49

Renato é diagnosticado, aos 60 anos, com Mal de Parkinson, em sua fase inicial.

Começando a notar algumas pequenas dificuldades cotidianas, procura a Defensoria Pública, que recomenda a indicação de duas ou mais pessoas para auxiliá-lo, futuramente, na gestão de sua vida civil, fornecendo informações e outros elementos necessários. Para dar início ao processo, Renato deveria delimitar, por termo, os limites e a vigência dessa ajuda, ao passo que os indicados deveriam assumir o compromisso de prestá-la, sempre visando ao interesse de Renato.

O caso retrata hipótese de:

- (A) diretiva antecipada de vontade;
- (B) mandato duradouro;
- (C) autotutela;
- (D) tomada de decisão apoiada;
- (E) curatela compartilhada.

50

Rômulo e Moema são casados por três anos, até que Moema conhece César e passa a integrar um triângulo amoroso.

Nesse ínterim, Moema engravida, o que causa muita desconfiança a Rômulo que, àquela altura, já se sabia portador de doença que diminui significativamente a capacidade para conceber.

Confronta, então, Moema que, depois de assumir o *affair*, lhe jura amor eterno e rigorosa fidelidade doravante. Diz mais: que sentia em seu coração que Bento, o bebê em sua barriga, era de Rômulo.

Rômulo registra o filho como seu. Todavia, anos depois, quando do divórcio, ingressa com ação negatória de paternidade.

Nesse caso, a Defensoria Pública que atua em favor de Rômulo deverá:

- (A) requerer a realização de exame de DNA, uma vez que a prova da divergência genética entre Rômulo e Bento é suficiente para anular o registro de filiação;
- (B) protestar pelo depoimento pessoal de Moema, considerando que a confissão do adultério ilide a presunção de paternidade;
- (C) comprovar que Moema levou Rômulo a erro essencial quanto à paternidade de Bento, o que foi determinante para o registro civil, caso em que será possível a anulação do registro;
- (D) demonstrar a incapacidade de Rômulo para, à época, conceber, o que infirma o registro de filiação, mesmo na falta de exame genético;
- (E) evidenciar a ausência de vínculo socioafetivo entre Rômulo e Bento e, mais do que isso, o interesse deste último em conhecer sua origem genética e alterar o registro civil, única hipótese em que será possível retificá-lo.

51

Antônio, assistido pela Defensoria Pública, intentou ação em face de Bruno, pedindo a condenação deste a lhe pagar duas obrigações derivadas de um contrato que ambos haviam celebrado.

Validamente citado, Bruno apresentou a sua peça contestatória, invocando, quanto a uma das obrigações cobradas, o instituto da prescrição, além de sustentar, no tocante à outra, que havia efetuado o seu pagamento parcial. E, constatando que havia se omitido sobre uma parte da narrativa dos fatos, o réu, ainda dentro do prazo de que dispunha para apresentar resposta, ofereceu uma segunda contestação, acrescentando tal narrativa. Tendo sido determinada a intimação de Antônio, pelo órgão da Defensoria Pública, para que se pronunciasse, ofertou ele peça de réplica no vigésimo dia útil subsequente à intimação pessoal do defensor público.

Entendendo que a segunda contestação de Bruno deveria ser mantida nos autos, por ter sido oferecida dentro do prazo legal, mas, por outro lado, que a réplica de Antônio era intempestiva, o juiz da causa determinou o seu desentranhamento.

Na sequência, o magistrado proferiu decisão em que rejeitava o pedido de cobrança em relação a uma das obrigações contratuais, acolhendo a tese defensiva da prescrição. Quanto ao pedido condenatório tendo por objeto a outra obrigação, o juiz determinou o prosseguimento do feito, rumo à instrução probatória.

É correto afirmar, nesse quadro, que:

- (A) a réplica apresentada o foi intempestivamente, já que o prazo em dobro para a Defensoria Pública se restringe ao oferecimento de resposta e à interposição de recursos;
- (B) o juiz não poderia ter julgado antecipadamente uma das pretensões condenatórias, pois lhe cabia aguardar a conclusão da instrução probatória para julgar ambos os pedidos;
- (C) o juiz agiu corretamente ao deixar de determinar o desentranhamento da segunda contestação, haja vista a observância do prazo legal para o seu oferecimento;
- (D) a decisão que, julgando um dos pedidos condenatórios, reconheceu a prescrição, é impugnável pelo recurso de agravo de instrumento;
- (E) a decisão que, julgando um dos pedidos condenatórios, reconheceu a prescrição, não é impugnável de imediato, podendo a parte interessada se valer do recurso de apelação após o julgamento do segundo pedido.

52

Três sócios de uma sociedade anônima, inconformados com a realização de uma assembleia, para a qual não foram convocados, demandaram, em face da sociedade, anular a decisão ali tomada, não obstante a mesma ter sido aprovada pela maioria dos sócios presentes ao ato.

Partindo-se da premissa de que todos os sócios deveriam ter sido comunicados sobre a realização da assembleia, o litisconsórcio é:

- (A) eventual alternativo;
- (B) necessário comum;
- (C) necessário unitário;
- (D) facultativo simples;
- (E) facultativo unitário.

53

No cumprimento de uma sentença que condenou um alimentante ao pagamento de uma verba alimentar, o credor, por intermédio da Defensoria Pública, percebendo que o débito alimentar importava em doze meses de atraso, requereu que as três últimas parcelas fossem quitadas em três dias, sob pena de prisão civil do devedor. Outrossim, requereu, também, que o executado fosse intimado para, em quinze dias, pagar a dívida restante, os nove primeiros meses de atraso, sob pena de incidência de multa e de honorários advocatícios de 10% sobre este valor.

Nesse cenário, a manifestação do defensor público é:

- (A) equivocada, uma vez que o devedor deve ser intimado, em três dias, para o pagamento integral da dívida, sob pena de prisão civil do devedor;
- (B) equivocada, uma vez que o devedor tem que ser intimado, em quinze dias, para o pagamento integral da dívida;
- (C) equivocada, uma vez que não se admite incidência de multa e de honorários advocatícios em dívida alimentar;
- (D) correta, uma vez que não se admite a cobrança integral da dívida, no prazo de quinze dias, com incidência de multa e de honorários de advogado;
- (E) correta, uma vez que o credor pode optar pelo cumprimento da sentença, cindindo o modo da execução.

54

Caio, assistido por advogado particular, ajuizou ação em face de Tício, na qual pleiteou a condenação deste a lhe pagar verba indenizatória de danos morais.

Na petição inicial, Caio requereu a concessão do benefício da gratuidade de justiça, tendo sido anexada àquela peça a declaração de hipossuficiência econômica firmada pelo autor.

Apreciando a exordial, o juiz deferiu a gratuidade de justiça requerida e procedeu ao juízo positivo de admissibilidade da demanda.

Regularmente citado, Tício ofertou contestação, na qual, sem prejuízo das matérias defensivas de natureza meritória, impugnou, a título de questão preliminar, o benefício da gratuidade de justiça concedido ao autor, sob o argumento de que este litigava assistido por advogado particular, e não pela Defensoria Pública.

Apreciando o tema, o juiz acolheu a alegação de Tício, revogando o benefício da gratuidade de justiça que havia deferido a Caio.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) a impugnação à gratuidade de justiça não deveria ter sido suscitada pelo réu como questão preliminar da contestação, mas sim em petição autônoma;
- (B) a posterior revogação da gratuidade de justiça foi correta, já que tal benefício é incompatível com o patrocínio da causa por advogado particular;
- (C) a declaração de hipossuficiência firmada por Caio gerou uma presunção nesse sentido, a qual, sendo relativa, pode ceder diante de elementos que apontem para a conclusão oposta;
- (D) a decisão que revogou o benefício da gratuidade de justiça é irrecorrível, podendo Caio, todavia, lançar mão do mandado de segurança para impugná-la;
- (E) a decisão que revogou o benefício da gratuidade de justiça é impugnável pelo recurso de apelação, podendo Caio requerer a concessão de efeito suspensivo ao desembargador relator.

55

Impedido de realizar uma cirurgia de urgência, por força da recusa do atendimento pelo plano de saúde, o paciente procurou a Defensoria Pública para que esta obtivesse junto ao Poder Judiciário a realização imediata do procedimento médico determinado pela equipe médica, tendo em vista que estava em risco de vida.

Nesse cenário, é correto afirmar que a petição inicial:

- (A) pode limitar-se ao requerimento de tutela antecipada em caráter antecedente, com possível posterior aditamento à petição inicial;
- (B) deve vir acompanhada de todos os documentos necessários, sob pena de preclusão;
- (C) pode limitar-se ao requerimento de tutela de evidência em caráter antecedente, com possível posterior aditamento à petição inicial;
- (D) deverá requerer providência cautelar antecedente, uma vez que presente o perigo de dano, não sendo admissível tutela antecipada antecedente;
- (E) deverá conter, necessariamente, o pedido principal da causa e o requerimento de tutela antecipada antecedente.

56

Maria ajuizou ação de indenização de danos materiais em face de Joaquim, de quem era divorciada, e de Cláudio, tendo imputado a ambos a responsabilidade civil por terem danificado o seu veículo.

Validamente citado, Cláudio apresentou a sua peça contestatória. Quanto a Joaquim, o oficial de justiça incumbido de sua citação obteve a informação de que havia ele falecido, fato que restou comprovado com a ulterior juntada de sua certidão de óbito.

Ainda de acordo com a documentação anexada aos autos, Joaquim não deixou bens a inventariar e deixou um filho, André, com 10 anos de idade e também filho de Maria.

Nesse contexto, o juiz deverá:

- (A) extinguir o feito, em razão da falta de pressuposto processual de existência, qual seja, uma das partes;
- (B) extinguir o feito, em razão da perda superveniente do interesse de agir;
- (C) suspender o feito, no aguardo das providências que viabilizem a substituição processual em relação a André;
- (D) declinar da competência em favor de um dos juízos da infância e da juventude existentes naquele foro;
- (E) após a habilitação de André no polo passivo, nomear curador especial para exercer a sua defesa.

57

João, extremamente irritado em razão da derrota do seu time de coração, ao encontrar um torcedor do clube rival, acaba por efetuar cinco disparos de arma de fogo na direção do último. Não dispondo de outras munições, João, arrependido, leva a vítima ao hospital mais próximo. Contudo, o ofendido veio a óbito logo após chegar ao nosocômio, visto que foi atingido no peito e no rosto.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João responderá pelo crime de:

- (A) homicídio tentado, em razão do arrependimento posterior;
- (B) homicídio tentado, em razão do arrependimento eficaz;
- (C) homicídio tentado, em razão da desistência voluntária;
- (D) lesão corporal seguida de morte;
- (E) homicídio consumado.

58

João, policial militar descaracterizado, caminhava pela orla da praia XYZ, momento em que viu Tício sacar uma pistola e se aproximar de Joana, que corria pelo calçadão com fones de ouvido. João, então, deu ordem de parada a Tício, antes deste alcançar Joana, que se encontrava a uma distância de, aproximadamente, dois metros.

Em sede policial, Tício, cientificado dos seus direitos constitucionais e legais, confessou que pretendia subtrair, mediante o emprego de arma de fogo, os bens de Joana. Verificou-se, ainda, que a arma de fogo apreendida, uma pistola, calibre nove milímetros, de uso permitido, dispunha de potencialidade lesiva.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e a jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que Tício responderá pelo crime de:

- (A) roubo simples, na modalidade tentada, e pelo delito de posse ilegal de arma de fogo de uso permitido, em concurso material;
- (B) roubo simples, na modalidade tentada, e pelo delito de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, em concurso material;
- (C) roubo circunstanciado pelo emprego de arma de fogo, na modalidade tentada;
- (D) porte ilegal de arma de fogo de uso permitido;
- (E) posse ilegal de arma de fogo de uso permitido.

59

Uma guarnição da Polícia Militar realizava diligências de rotina na Comunidade XYZ, momento em que visualizaram dois indivíduos em atitude suspeita. Com efeito, os agentes da lei resolveram realizar uma campana por, aproximadamente, trinta minutos. Nesse interregno, os policiais presenciaram o comércio ilícito de entorpecentes.

Presente a fundada razão de prática delitiva, os policiais abordaram Caio e Matheus. Com Caio, os policiais arrecadaram dois quilos de maconha. Com Matheus, os agentes da lei arrecadaram cinco quilos de cocaína.

Verificou-se, ainda, que Caio é agente público, mais especificamente professor de uma escola pública em outro Município. Caio e Matheus são primários e portadores de bons antecedentes.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006 e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, Caio e Matheus responderão pelo crime de tráfico de drogas:

- (A) duplamente majorado, em razão da função pública exercida por Caio e pelo concurso de pessoas, sem a incidência da causa de diminuição de pena atinente ao tráfico privilegiado (Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006), considerando que a quantidade elevada de entorpecentes demonstra que os agentes se dedicam à atividade criminosa;
- (B) majorado pelo concurso de pessoas, com a incidência da causa de diminuição de pena atinente ao tráfico privilegiado (Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006), considerando que a quantidade elevada de entorpecentes não é fator capaz de demonstrar, por si só, que os agentes se dedicam à atividade criminosa;
- (C) majorado em razão da função pública exercida por Caio, sem a incidência da causa de diminuição de pena atinente ao tráfico privilegiado (Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006), considerando que a quantidade elevada de entorpecentes demonstra que os agentes se dedicam à atividade criminosa;
- (D) majorado pelo concurso de pessoas, sem a incidência da causa de diminuição de pena atinente ao tráfico privilegiado (Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006), considerando que a quantidade elevada de entorpecentes demonstra que os agentes se dedicam à atividade criminosa;
- (E) com a incidência da causa de diminuição de pena atinente ao tráfico privilegiado (Art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006), considerando que a quantidade elevada de entorpecentes não é fator capaz de demonstrar, por si só, que os agentes se dedicam à atividade criminosa.

**60**

João foi pronunciado pelo crime de homicídio duplamente qualificado. A sessão plenária do Tribunal do Júri transcorreu de forma adequada, com a observância de todos os regramentos constitucionais e legais. Na quesitação, os jurados reconheceram a materialidade delitiva e a autoria. Em seguida, o Conselho de Sentença, por maioria, desclassificou o delito, com fulcro na tese defensiva de que teria ocorrido o crime de resistência.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que o juiz:

- (A) dará prosseguimento à quesitação, considerando que a desclassificação, operada na 2ª fase do procedimento bifásico inerente ao Tribunal do Júri, não tem o condão de deslocar a competência para o processo e julgamento do feito;
- (B) encerrará a quesitação e, se for competente, proferirá sentença, não podendo o acusado se beneficiar da suspensão condicional do processo, considerando a incidência do fenômeno processual da preclusão;
- (C) dará prosseguimento à quesitação, considerando que o Conselho de Sentença reconheceu a sua própria competência, com a votação positiva aos quesitos da materialidade e da autoria;
- (D) encerrará a quesitação e, se for competente, proferirá sentença, salvo se preenchidos, no caso concreto, os requisitos previstos em lei para a incidência da suspensão condicional do processo;
- (E) encerrará a quesitação e encaminhará os autos ao juízo tabelar, considerando que, ao presidir a sessão plenária, tornou-se suspeito para sentenciar o processo.

**61**

Jonas, deputado federal, no curso do mandato parlamentar, praticou o crime de corrupção passiva, solicitando vantagem indevida para atuar em um determinado sentido no Congresso Nacional.

A Procuradoria Geral da República denunciou Jonas e o processo transcorreu de forma adequada. Finda a audiência de instrução e julgamento, foi publicado o despacho, determinando que as partes apresentassem alegações finais.

Ato contínuo, Jonas renunciou ao cargo de deputado federal e foi nomeado membro do Tribunal de Contas do Estado Alfa, após a observância de todas as formalidades constitucionais e legais.

Nesse cenário, considerando as disposições constitucionais e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, a competência para julgar o crime de corrupção passiva, supostamente perpetrado por Jonas, é do:

- (A) juiz de direito do Tribunal de Justiça do Estado Alfa;
- (B) juiz federal da Seção Judiciária do Estado Alfa;
- (C) Tribunal de Justiça do Estado Alfa;
- (D) Superior Tribunal de Justiça;
- (E) Supremo Tribunal Federal.

**62**

Em 2018, João, após ingerir cinco latas de cerveja, deitou-se em sua cama e rapidamente adormeceu. Contudo, por volta das 04h30, o seu enteado de 9 anos de idade o acordou afirmando que estava com fome. João, pessoa hipossuficiente economicamente, não dispunha de gás canalizado, de forma que o agente acendeu uma pequena fogueira e cozinhou macarrão para o seu enteado. Em seguida, enquanto a criança se alimentava e ainda sob o efeito de álcool, João voltou a dormir. Ato contínuo, a criança acabou por esbarrar na fogueira e, em razão das chamas, veio a falecer.

A Delegacia de Polícia da localidade deflagrou uma investigação sobre os fatos e João, no relatório final, acabou por ser indiciado pelo crime de homicídio culposo. Contudo, o Ministério Público, em junho de 2019, no último dia do prazo legal, manifestou-se no sentido do arquivamento do inquérito policial, ao argumento de que João sofreu de forma tão grave em razão dos eventos que a sanção penal se tornou desnecessária.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que, em havendo a promoção de arquivamento do inquérito policial:

- (A) o juiz, enquanto fiscal do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, poderá remeter os autos ao procurador-geral de Justiça, que decidirá, podendo determinar que o membro da instituição que outrora promoveu o arquivamento ofereça denúncia;
- (B) o juiz somente pode a ela se opor em caso de flagrante ilegalidade. No caso concreto, ausente o requisito supracitado, caberá ao juiz homologar a manifestação do Ministério Público, considerando ser este o titular privativo da ação penal pública;
- (C) o juiz, enquanto fiscal do princípio da obrigatoriedade da ação penal pública, poderá remeter os autos ao procurador-geral de Justiça, que decidirá sobre a matéria;
- (D) e a homologação pelo juízo competente, exsurge a possibilidade jurídica da família da vítima ingressar com uma ação penal privada subsidiária da pública;
- (E) e a homologação pelo juízo competente, a família da vítima poderá recorrer ao Tribunal de Justiça ao qual está vinculado o magistrado.

63

Após a lavratura do Termo Circunstanciado de Ocorrência, em razão de ter sido encontrado com cinco pinos de cocaína, João foi denunciado pelo Ministério Público, pela suposta prática do crime previsto no Art. 28 da Lei nº 11.343/2006, considerando que o acusado não demonstrou qualquer interesse nos institutos despenalizadores previstos em lei. Adotando o procedimento insculpido na Lei nº 9.099/1995, o juízo procedeu ao recebimento da denúncia. Em seguida, a defesa técnica impetrou um *habeas corpus*, visando ao trancamento da ação penal.

Nesse cenário, à luz do entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que o *habeas corpus*:

- (A) deverá ser conhecido, considerando que, em caso de descumprimento de eventuais sanções impostas, há a possibilidade de conversão destas em pena privativa de liberdade. No mérito, analisar-se-á a concessão ou não da ordem à luz das peculiaridades do caso concreto;
- (B) deverá ser conhecido e, no mérito, a ordem será concedida, considerando que o crime previsto no Art. 28 da Lei nº 11.343/2006 foi objeto de descriminalização, em razão da inexistência de pena privativa de liberdade no preceito secundário;
- (C) deverá ser conhecido e, no mérito, a ordem será denegada, considerando que a persecução penal em curso não gera qualquer risco, imediato ou mediato, à liberdade de locomoção do paciente;
- (D) não deverá ser conhecido, considerando que a persecução penal em curso, submetida ao rito da Lei nº 9.099/1995, é incompatível com o remédio constitucional em análise;
- (E) não deverá ser conhecido, considerando que a persecução penal em curso não gera qualquer risco, imediato ou mediato, à liberdade de locomoção do paciente.

64

João foi preso em flagrante, pela suposta prática do crime de furto qualificado pelo concurso de pessoas. Em sede de audiência de custódia, o custodiado fez jus à liberdade provisória, com a aplicação de medidas cautelares de natureza diversa da prisão.

No curso do processo, João foi intimado a comparecer à Audiência de Instrução e Julgamento, mas deixou de fazê-lo. Ao consultar os autos, o juiz verifica que o mandado de intimação retornou negativo, muito embora a diligência tenha sido cumprida no endereço fornecido por João, por ocasião da Audiência de Custódia. Constatou-se, ainda, que João mudou de domicílio, residindo, atualmente, na rua XYZ, bairro ABC, Município Alfa.

Considerando o não comparecimento ao ato processual, o juiz decretou a revelia de João.

Nesse cenário, à luz das disposições do Código de Processo Penal e da jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, a decisão judicial mostra-se:

- (A) adequada, sendo certo que o processo prosseguirá sem a presença do acusado e, em razão do efeito material da revelia, incidirá a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo Ministério Público;
- (B) inadequada, considerando que, existindo informações sobre um novo endereço de João, a intimação deve ser renovada no último, antes da decretação da revelia;
- (C) adequada, sendo certo que o processo será suspenso, até que o acusado seja localizado;
- (D) adequada, sendo certo que o processo prosseguirá sem a presença do acusado;
- (E) inadequada, considerando que o mandado de intimação retornou negativo.

65

Os policiais militares Jonatas e Silas estavam em patrulhamento em uma determinada rua, momento em que resolveram abordar Tício. Por ocasião da revista pessoal, os policiais lograram encontrar 500 gramas de maconha.

Em sede policial, Jonatas e Silas narraram à autoridade policial que a abordagem e a revista pessoal em Tício foram motivadas por uma atitude suspeita deste, que demonstrou nervosismo ao visualizar os agentes da lei.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal e a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, os elementos probatórios colhidos são:

- (A) ilícitos, não podendo ser utilizados em prejuízo de Tício em uma eventual persecução penal. São ilícitas, ainda, as provas derivadas dos primeiros, mesmo que não se verifique o nexo de causalidade entre elas, considerando o vício na abordagem inicial dos policiais;
- (B) lícitos, podendo ser utilizados em prejuízo de Tício em uma eventual persecução penal, considerando que o tráfico de drogas é um crime permanente, cuja consumação se protraí no tempo, de forma que existia uma situação flagrancial em andamento;
- (C) lícitos, podendo ser utilizados em prejuízo de Tício em uma eventual persecução penal, considerando que o encontro, na realidade fática, de material entorpecente demonstra que a abordagem policial foi fundamentada;
- (D) lícitos, podendo ser utilizados em prejuízo de Tício em uma eventual persecução penal, considerando que a busca pessoal prescinde de autorização judicial;
- (E) ilícitos, não podendo ser utilizados em prejuízo de Tício em uma eventual persecução penal.

66

Jefferson, adolescente de 16 anos, pratica ato infracional análogo a roubo, sendo-lhe aplicada a medida socioeducativa de semiliberdade, pelo prazo inicial de doze meses. Decorridos seis meses de cumprimento da medida, no Plano Individual de Atendimento (PIA), a equipe técnica da unidade sugere que Jefferson realize curso profissionalizante ofertado por entidade não governamental existente no Município, sendo o pedido indeferido pelo juízo, que veda a realização de quaisquer atividades externas pelo adolescente.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA) acerca da medida socioeducativa de semiliberdade, é correto afirmar que:

- (A) comporta prazo determinado, devendo ser reavaliada a cada seis meses;
- (B) comporta prazo determinado, porém não pode ser aplicada por período excedente a seis meses;
- (C) comporta prazo determinado, sendo obrigatórias a escolarização e a profissionalização do adolescente;
- (D) não comporta prazo determinado, estando vedada a sua aplicação como forma de transição para o meio aberto;
- (E) não comporta prazo determinado, sendo possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial.

67

Adriana dá à luz criança do sexo masculino, informando à equipe técnica do hospital que deseja entregar o filho em adoção e que gostaria que o nascimento da criança fosse mantido em sigilo. A genitora é encaminhada à Vara da Infância e Juventude para atendimento.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- (A) é vedado pelo ECA o sigilo quanto ao nascimento nas hipóteses de entrega voluntária em adoção;
- (B) a atitude de Adriana pode tipificar crime de abandono de incapaz, que deverá ser devidamente apurado;
- (C) é assegurado aos genitores o direito de arrependimento em relação à entrega voluntária para adoção;
- (D) o consentimento com a adoção dado por escrito sempre terá validade, independentemente da realização da audiência de ratificação;
- (E) na audiência de ratificação da entrega voluntária, é desnecessária a assistência à genitora por advogado ou defensor público.

68

Os pais de Gabriele, de 12 anos, são destituídos do poder familiar por sentença transitada em julgado, tendo em vista graves violações de direitos praticadas contra a adolescente. Nelson e Sofia são habilitados à adoção e contatados pela equipe técnica da Vara da Infância e Juventude para conhecer a adolescente. Após gradativa aproximação e criação de vínculos com a adolescente, o casal propõe ação de adoção. Sofia deseja que Gabriele passe a se chamar Jaqueline, em homenagem à avó da adotante. Em audiência de instrução e julgamento, a adolescente manifesta a sua discordância com a mudança de prenome.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- (A) a alteração de prenome de criança ou adolescente adotado independe de sua manifestação de vontade, em razão da incapacidade civil;
- (B) nas hipóteses de adoção, é cabível a averbação sobre a origem do ato na nova certidão de nascimento expedida para a criança ou adolescente adotado;
- (C) a alteração de prenome do adotado não é autorizada por lei em qualquer hipótese, em observância ao princípio do melhor interesse da criança e direito à identidade;
- (D) a sentença de adoção produz seus efeitos a partir da data da propositura da ação, visando resguardar os direitos patrimoniais do adotado;
- (E) caso a modificação de prenome seja requerida pelo adotante, é obrigatória a oitiva do adotando, observado o disposto nos §§ 1º e 2º do Art. 28 do ECA.

69

Andressa, de 5 anos, revela a sua professora que sofreu violência física e psicológica praticada por seu padrasto, Mário. O Conselho Tutelar é acionado e Andressa participa de procedimento de entrevista sobre a violência sofrida, em centro de atendimento integrado a crianças e adolescentes vítimas existente no Município em que reside. O profissional de psicologia realiza o procedimento de entrevista de Andressa com a finalidade de produzir prova para a investigação penal em curso. Ao ser cientificado do caso, o Ministério Público propõe ação cautelar de produção antecipada de provas para que Andressa preste depoimento especial em juízo.

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.431/2017 e no Decreto nº 9.603/2018, é correto afirmar que:

- (A) a autoridade policial ou judiciária deverá avaliar se é indispensável a coleta do depoimento especial, consideradas as demais provas existentes;
- (B) Andressa não pode prestar depoimento especial no rito cautelar de antecipação de provas porque tem menos de 7 anos de idade;
- (C) o procedimento de entrevista realizado com Andressa é a escuta especializada, que se destina a produzir provas para a investigação penal;
- (D) o depoimento especial não poderá ser colhido no caso narrado, por não se tratar de caso de violência sexual praticada contra criança;
- (E) o procedimento realizado pela psicóloga no centro integrado configura depoimento especial cuja finalidade é a proteção social e a oferta de cuidados à criança vítima de violência.

70

Lucas, adolescente de 15 anos, pratica ato infracional análogo ao crime de furto, sendo-lhe aplicada pelo magistrado a medida socioeducativa de liberdade assistida, observado o princípio do devido processo legal. Tendo em vista a situação sociofamiliar vivenciada por Lucas, o juiz também aplica as medidas protetivas de matrícula em estabelecimento de ensino e encaminhamento para tratamento ambulatorial em razão do uso de drogas junto ao CAPSi do Município. Ao final da audiência em continuação, o juiz encaminha ofício ao Conselho Tutelar, determinando que providencie as medidas de proteção aplicadas ao adolescente.

Considerando o disposto na Lei nº 8.069/1990 (ECA), é correto afirmar que:

- (A) a determinação judicial ao Conselho Tutelar fere a autonomia do órgão, sendo, portanto, ilegal;
- (B) não é cabível a cumulação de medidas socioeducativas e protetivas, ante a ausência de previsão legal;
- (C) caso não concorde com as medidas protetivas aplicadas pelo magistrado, o Conselho Tutelar, no exercício de sua autonomia, poderá substituí-las por outras mais adequadas;
- (D) é atribuição legal do Conselho Tutelar providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional;
- (E) o Conselho Tutelar deverá representar ao Ministério Público, pois a determinação judicial em questão fere a autonomia do órgão.

## Redação

---

O Brasil perdeu, nos últimos quatro anos, mais de 4,6 milhões de leitores, segundo dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil. De 2015 para 2019, a porcentagem de leitores no Brasil caiu de 56% para 52%. Já os não leitores, ou seja, brasileiros com mais de 5 anos que não leram nenhum livro, nem mesmo em parte, nos últimos três meses, representam 48% da população, o equivalente a cerca de 93 milhões de um total de 193 milhões de brasileiros.

As maiores quedas no percentual de leitores foram observadas entre as pessoas com ensino superior – passando de 82% em 2015 para 68% em 2019 –, e entre os mais ricos. Na classe A, o percentual de leitores passou de 76% para 67%.

O brasileiro lê, em média, cinco livros por ano, sendo aproximadamente 2,4 livros lidos apenas em parte e, 2,5, inteiros. A Bíblia é apontada como o tipo de livro mais lido pelos entrevistados e também como o mais marcante.

Esta é a 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro em parceria com o Itaú Cultural.

Foram feitas 8.076 entrevistas em 208 municípios entre outubro de 2019 e janeiro de 2020. A coleta de dados foi encomendada ao Ibope Inteligência. A pesquisa foi feita antes da pandemia do novo coronavírus, não refletindo, portanto, os impactos da emergência sanitária na leitura no país. (Agência Brasil, 20/04/2023)

Segundo os jornais, o número de livrarias no país está diminuindo com muita velocidade; os jornais impressos estão sendo substituídos pelos noticiários televisivos e alguns já desapareceram do mercado; as revistas semanais, antigamente tão famosas, sumiram das bancas, e as próprias bancas estão sendo modificadas para minimercados; e as escolas reduziram drasticamente o número de livros para leitura obrigatória. O que está acontecendo com a leitura? Por que diminui tanto o número de leitores? A leitura ainda é uma atividade necessária?

Redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o tema – A crise na leitura – em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas, defendendo suas opiniões com argumentos convincentes.

## Rascunho - Redação

---

1

5

10

15

RASCUNHO

20

25

30

Realização

